



Olavo Setúbal: "É inútil falar em inflação agora".



Funaro: "As diretas são importantes".

Problemas econômicos? Os empresários só falam de política.

Os empresários acham que a solução da crise passa antes por uma definição política

Os empresários ontêm reunidos no encontro "Os Grandes Desafios", no Maksoud Plaza, não discordaram da análise feita pelos conferencistas: a solução da crise econômica passa, antes, pela definição política. A inflação, a dívida externa, o balanço de pagamentos, entre outros temas econômicos, ficaram relegados a um segundo plano nas palestras e nos debates. Todos preferiram falar da crise institucional e como sair dela. Não houve discordância também: a eleição direta é uma necessidade.

E todos aplaudiram muito o final do pronunciamento do presidente do Grupo Itaú, Olavo Setúbal, quando disse que a "hora é de grandeza política; insistir em discutir a conjuntura é um erro". E grandeza política, para Setúbal, é também o presidente Figueiredo assumir a responsabilidade de negociar sua sucessão. "É fundamental a convocação da mesa de negociação. Se não assumir esta postura, tenho sérias dúvidas de uma ampla negociação."

O encontro foi promovido pelo anuário "Brasil em Exame" e teve como conferencista, além de Setúbal, o presidente da Trol, Dílson Funaro e o presidente do Grupo Fenícia, Jorge Simeira Jacob. Em todos os pronunciamentos, ficou claro que falta ao governo a credibilidade para a implantação de uma política econômica.

Setúbal não quis repetir as dificuldades econômicas que "estamos enfrentando. É inútil falar de inflação, dívida externa, recessão agora. Vocês já sabem quais são as dificuldades".

Final de mandato

Mas advertiu para as raízes políticas da crise: "Diante de variáveis políticas nebulosas e variáveis econômicas indefinidas, como projetar o futuro?" Faltam diretrizes oficiais "capazes de nortear os investimentos reprodutivos: um governo em final de mandato não tem força suficiente para impor uma programação de médio e longo prazo". Os reflexos da crise direcionam aventureiros e jogadores para os ganhos fáceis no mercado financeiro, "enquanto os verdadeiros empreendedores, hoje amarrados num cípao legislativo, vão sendo condenados tanto à defasagem tecnológica quanto a falências e concordatas". Salientou a falta de confiança no "discurso econômico governamental, que se tem caracterizado pela incoerência, alterando a política fiscal de modo retroativo, manipulando os indicadores estatísticos e mudando as regras do jogo institucional em pleno andamento".

Para os assalariados, a crise econômica tem trazido, segundo Setúbal, "o angustiante temor do desemprego, minando a confiança de cada um em si mesmo". Ao lado disso, persiste a "sombria realidade do subemprego: não se constrói uma nação desenvolvida com marreiros e mascates, mas com empregos mais dignos e capazes de reproduzir riquezas". Salientou que existe muita distância entre o "Brasil formal e o Brasil real". Uma das provas disso foi o comício no Rio de Janeiro, que reuniu mais de um milhão de pessoas pelas diretas-já. Para o presidente do Grupo Itaú, falta representatividade ao Colégio Eleitoral que elege o presidente da República. O Norte do País, "que possui 4,2% do eleitorado nacional, tem uma representação de 12,1% no Colégio; o Nordeste, que possui 25,8% do eleitorado, controla 33,5% do Colégio; o Sul, que possui 18% do eleitorado, detém apenas 15,9%; e o Sudeste, que possui 46,2% do eleitorado, dispõe de apenas 29,9% do Colégio".

É preciso negociar"

O País vive, hoje, um hiato político preenchido pelas mais diversas expectativas. É preciso dialogar e negociar, desarmando prevenções e superando as falsas opções em jogo. O entendimento nacional precisa ser conduzido em alto nível, sob risco de paralisia decisória do Estado e ruptura dos elos de solidariedade da sociedade civil — diz Setúbal, para depois mostrar, respondendo a uma pergunta, que só acredita numa eleição direta para presidente da República se, ao mesmo tempo, for acompanhada de eleições dos parlamentares, porque sem maioria no parlamento, o novo presidente teria um processo de negociação muito difícil.

É necessário "resgatar a credibilidade das políticas públicas; recuperar os elos de confiança entre os governantes e os governados". Por isso, "insistir em manter a sociedade afastada do Estado é um erro grave, de proporções incomensuráveis. Não se constrói uma nação nem se reconstrói um país com antagonismos inconciliáveis, idiossincrasias e com recusas intempestivas à negociação. É preciso ficar claro que, se errar é humano, perseverar no erro é diabólico".

"Pior que em 1964"

O presidente do Grupo Fenícia, Jorge Simeira Jacob, lembrou a crise de 1964. Há 20 anos, os problemas eram "o paternalismo

de Vargas, os investimentos inflacionários de J.K. e a incompetência de Jango". E os desafios eram "acabar com a demagogia eleitoreira, disciplinar a intervenção do Estado na economia, eliminar a corrupção e o tráfico de influência no trato da causa pública". Hoje, "os desafios de 20 anos atrás ainda são os mesmos e, pior do que tudo, perdemos o que tínhamos em termos de instituição política, que conquistamos após a ditadura de Vargas". Assim, hoje, como há 20 anos, "em vez de liberdade individual, da justiça social e da administração racional, o que temos é um paternalismo que faria de Vargas um padrasto; investimentos megalomaníacos que fariam de J.K. um mesquinho; e uma declarada incompetência para administrar e um gosto pelo poder que fariam de Jango quase um estadista".

— Pela gravidade do momento, urge que não nos limitemos às soluções casuísticas, válidas para situações de emergência, de sobrevivência e que, conscientes da realidade, enfrentemos com coragem o grande desafio, que é dotar o País de instituições sólidas — afirma Jacob, enfatizando ainda que o povo e a elite precisam fazer "valer as suas vontades para corrigir a revolução na qual em que ela falhou. E, portanto, urgente que a sociedade faça valer o seu inconformismo, para provocar a ação necessária a um projeto de reconstrução nacional".

Para Jacob, "se os nossos governantes entenderem que governar não é somente gerenciar obras, mas, em sintonia com a Nação, planejar, organizar, fazer justiça, se aceitarem que a melhor obra do governo é dotar o País de instituições quer permitam os objetivos nacionais; se for admitido que isto não exige dinheiro, mas competência e vontade política, os nossos governantes poderão, mesmo sem recursos financeiros, ter a oportunidade de uma grande gestão".

"Diretas são importantes"

De seu lado, Dílson Funaro acrescentou: "Somente uma reestruturação política do País será capaz de enfrentar os grandes desafios. Por isso são importantes as eleições diretas, principalmente se o candidato representar a esperança e também assumir a institucionalização dos poderes. É preciso uma mudança radical. É impossível, por exemplo, manter uma negociação pragmática da dívida externa, sem a participação do Congresso". É preciso romper o continismo, "é preciso negociar e a oposição não pode ser considerada uma inimiga".